CISABES - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ES**RESOLUÇÃO 148-2020 - REGULATÓRIA SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19**

Publicação Nº 277285

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 27 DE MAIO DE 2020.

Dispõe sobre medidas atinentes às dimensões técnica, econômica e social da prestação de serviços de saneamento regulados pelo CISABES aplicáveis em decorrência da pandemia da Covid-19.

A DIRETORIA EXECUTIVA DO CISABES, no uso de suas atribuições, considerando que de acordo com o disposto no art. 3º, §1º da Resolução nº 46/15, do CISABES, todos os conselhos de regulação das câmaras de regulação dos municípios consorciados regulados no âmbito do ER-CISABES – Ente Regulador do CISABES – são compostos por si e pelos conselheiros locais de cada município, considerando que a Assembleia Geral do CISABES é a instância máxima do consórcio, podendo deliberar sobre quaisquer assuntos, nos termos do art. 13, caput do Estatuto do CISABES, considerando a notoriedade da pandemia da Covid-19, com diversos reflexos sociais e econômicos, inclusive com impactos nos serviços de saneamento, considerando que a Lei Federal nº 11.445/07, nos termos do art. 23, caput, incisos I e X, confere à entidade reguladora competência para editar normas regulatórias de natureza técnica, econômica e social, considerando que o art. 22, caput, XXVIII da Constituição Federal, atribuiu competência privativa à União para “legislar sobre (...) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional”, considerando que em razão dessa competência foi editado o Decreto Federal nº 7.257/10, o qual, no §1º do art. 7º, delimitou exatamente quais são as informações passíveis de inserção em decretos de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, as quais não contemplam a concessão de competências das entidades reguladoras às chefias dos poderes executivos municipais, mantendo-se plenamente as competências regulatórias previstas no art. 23, caput, incisos I e X da Lei Federal nº 11.445/07, de modo que a decretação do estado de calamidade pública não autoriza e nem fundamenta qualquer invasão de competências regulatórias por parte das chefias dos poderes executivos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidas, por esta Resolução, medidas atinentes às dimensões técnica, econômica e social da prestação de serviços de saneamento regulados pelo CISABES aplicáveis em decorrência da pandemia da Covid-19.

Art. 2º Ficam submetidos à aplicação desta Resolução todos os titulares e prestadores dos serviços de saneamento regulados pelo CISABES.

Art. 3º Os municípios e prestadores poderão aplicar as seguintes medidas:

- I - suspensão dos cortes de água;
- II - concessão de subsídios (isenções) das tarifas de água e esgoto das categorias denominadas de “categoria social” ou “tarifa social”;
- III - prorrogação de vencimentos das faturas de água e esgoto;
- IV - parcelamento das faturas que tiveram a aplicação da prorrogação da data de vencimento;
- V - possibilidade de adoção de formas especiais de pagamento de faturas, tais como depósitos e transferências bancárias, com o oferecimento das maiores facilidades possíveis aos usuários, observadas as recomendações sanitárias respectivas aplicáveis ao momento de pandemia;
- VI - suspensão da cobrança de juros e multas das faturas;
- VII - possibilidade de faturamento pela média de consumo; e
- VIII - observância e manutenção, pelo prestador, mesmo no período de vigência desta Resolução, de todos os princípios básicos de qualidade, regularidade e segurança no âmbito técnico-operacional da prestação de serviços de abastecimento água e esgotamento sanitário, destacando-se o atendimento ao Padrão de Potabilidade estabelecido pelo Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 5, do Ministério da Saúde, observando-se que após o período de vigência desta Resolução, haverá a reavaliação das condições técnicas e de sustentabilidade dos prestadores de serviços por parte da entidade reguladora (CISABES) para a adoção das medidas porventura necessárias.

Art. 4º Com relação aos processos administrativos dos regulados junto ao CISABES, fica determinada:

- I - a possibilidade de suspensão de processos e atos de aumentos tarifários em trâmite ou já deferidos pelo CISABES;
- II - interrupção, com a reabertura de prazos totais novamente, dos prazos estabelecidos em termos de não-conformidades (TNCs); e

III - interrupção, com a reabertura de prazos totais novamente, dos prazos estabelecidos para envio de documentação para estudos tarifários e relatórios de acompanhamento tarifário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com validade de 60 (sessenta) dias.

Art. 6º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser submetida ao referendo da Assembleia Geral do consórcio, a qual deverá disciplinar as eventuais consequências geradas pela aplicação desta em caso de ausência de aprovação.

Colatina/ES, 27 de maio de 2020.

ÂNGELO GUARÇONI JUNIOR

Presidente

FÁBIO HELL ANDRADE

Diretor Executivo